

**Do conceito de alienação ao uso das tecnologias:  
interação e instrumentalização**

*El concepto de alienación al uso de la tecnología:  
la interacción y la instrumentalización*

Dirlei de Azambuja PEREIRA<sup>1</sup>  
Priscila Monteiro CHAVES<sup>2</sup>

## **Resumo**

As ciências sociais, de um modo geral, encontram-se em uma fase de transição paradigmática que é sempre constante. Entretanto, nos últimos tempos, o paradigma emergente é ainda menos nítido e motivador que em outrora. Nesse cenário, o presente artigo destina-se a repensar o uso das tecnologias em uma sociedade que ainda confunde desenvolvimento, em seu caráter mais pleno, com a mera difusão de uma cultura mais standardizada por meio dos recursos tecnológicos, cujo uso pouco têm contribuído tanto uma formação integral quanto uma participação política dos indivíduos. Para tanto, será tomado o conceito de alienação, sob a perspectiva marxiana, em confronto com o que propõe Kenski acerca do uso das tecnologias na Educação.

**Palavras-chave:** Alienação. Formação. Tecnologias.

## **Resumen**

Las ciencias sociales, en general, se encuentran en una etapa de cambio de paradigma, que es siempre constante. Sin embargo, en los últimos tiempos, el paradigma emergente es aún menos clara y motivadora que en el pasado. En este escenario, este artículo está destinado a reconsiderar el uso de la tecnología en una sociedad que aún confunde el desarrollo de su carácter más amplio, con la mera difusión de una cultura más estandarizada a través de recursos tecnológicos cuyo uso han contribuido poco más como una formación integral la participación política de las personas. Por lo tanto, se tendrá el concepto de alienación, en la perspectiva de Marx, en comparación con lo que Kenski propuso en el uso de la tecnología en la educación.

**Palabras clave:** Alienación. Formación. Tecnologías.

---

<sup>1</sup> Doutor e Mestre em Educação pelo PPGE/FaE/UFPel. Professor Adjunto na Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: pereiradirlei@gmail.com

<sup>2</sup> Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: pripeice@gmail.com

## Introdução

Sabe-se que as tecnologias instigam o rompimento com as retrógradas demarcações hierárquicas que ainda buscam controlar a promoção, a democratização e a difusão das informações. Em se tratando do âmbito educacional, essa socialização, segundo Vani Kenski (2012, p. 51), “atinge diretamente as maneiras formais de treinamento e aquisição de conhecimento. Cada vez mais é preciso que haja uma nova escola”. Principiando a presente discussão por tal aspecto, compreende-se que há uma constatada potencialidade no uso das tecnologias em sala de aula, já muito debatida em cursos universitários e programas de pós-graduação espalhados por todo país.

Entretanto, essa não pode ser nova em marketing, em *know-how*, em *como* fazer meramente. Além de aceitar o desafio da mudança dos processos, atender às necessidades de formação e treinamento em novas bases, é necessário que ela se renove em participação popular efetiva, em *quefazer* (FREIRE, 2005), que instigue à interação que vise à concretização da significação e ressignificação da realidade nos mais diversos códigos. “A escola precisa, enfim, garantir aos alunos-cidadãos a formação e a aquisição de novas habilidades, atitudes, valores, para que possam viver e conviver em uma sociedade em permanente processo de transformação” (KENSKI, 2012, p. 64).

Entrando nesse diapasão, Claude Lefort, referenciado por Chauí (2014) lembra que aos mais estudados, aos intelectuais acaba por ser concedido um novo lugar na sociedade. Contudo, isso não significa que sempre é possível que desempenhem um novo papel. As possibilidades não estão esgotadas, segundo o autor, pois essas pessoas ainda têm o direito de negar essa situação. Ainda que o acesso à cultura letrada e tecnológica os conceda um local de prestígio, é necessário que examinem constantemente esse novo lugar que lhes é concedido também sob a ótica de críticos culturais da sociedade.

Segundo Santos (2002), as ciências sociais, de um modo geral, encontram-se em uma fase de transição paradigmática que é sempre constante. Entretanto, nos últimos tempos, o paradigma emergente é ainda menos nítido e motivador que em outrora. De acordo com a crítica estabelecida por ele, isso ocorre pelo necessário enfrentamento a ser empreendido em um contexto de dilatado leque de pressões sociais, políticas e

culturais, que segue buscando o reducionismo da pluralidade de ideias ao paradigma dominante.

De modo mais próximo às palavras do autor, é necessário pensar como as tecnologias podem laborar a serviço de uma “subjectividade suficientemente apta para compreender e querer a transição paradigmática, para transformar a ‘inquietude’ em energia emancipatória” e não em capital, como tem ocorrido com as TICs<sup>3</sup> (SANTOS, 2002, p. 346). Uma subjectividade que esteja disposta a fazer uso de toda técnica que se tem disponível, de todos os artefatos, para “empenhar-se nas competições paradigmáticas, quer ao nível epistemológico, quer ao nível societal, que hão de conferir uma credibilidade crescente ao novo paradigma, por muito provisória e reversível que ela seja” (SANTOS, 2002, p. 346).

Nesse sentido, a discussão aqui apresentada destina-se a repensar o uso das tecnologias em uma sociedade que ainda confunde desenvolvimento em seu caráter mais pleno com a mera difusão de uma cultura mais standardizada por meio das tecnologias, que pouco têm proposto tanto uma formação integral quanto uma participação política dos indivíduos. Para tanto, será tomado o conceito de alienação, sob a perspectiva marxiana, em confronto com o que propõe Kenski acerca do uso das tecnologias.

## **Do conceito de alienação proposto por Karl Marx**

A alienação ocupa um lugar de destaque dentro do construto teórico marxiano. Mas essa presença, segundo Vázquez (2011), ocorre com intencionalidades diferentes (mas não antagônicas, é preciso deixar claro) no *primeiro Marx* (período que engloba seus escritos até 1844) e no *segundo Marx* (a partir de 1845). Antes de uma discussão um pouco mais atenta sobre o movimento realizado pelo autor acerca dessa categoria na obra de Marx, é importante destacar as suas influências. Para Vázquez (2011, p. 420):

O conceito de alienação é, sem dúvida, de origem hegeliana e feuerbachiana. Em Hegel, o seu sujeito é o Espírito; em Feuerbach, o homem. Tanto em um como no outro, a alienação é assunto espiritual e reveste-se de um caráter tão abstrato como seu sujeito. No entanto, não se deve perder de vista que – de acordo com a crítica a que Marx

---

<sup>3</sup> Tecnologias de Informação e Comunicação.

submete a *Fenomenologia do espírito* – tal conceito tem em Hegel um conteúdo real, antropológico, ainda que de forma mistificada. O conceito de alienação do qual Marx parte é, não obstante, o de Feuerbach, ou o de Hegel já antropologizado. Nesse problema concreto, parte de Feuerbach não só porque com ele a alienação se situa em um plano humano (antropológico), mas também porque toma dele a própria estrutura do processo de alienação que se conserva nos Manuscritos de 1844, a saber: a) objetivação do sujeito no produto de sua atividade; b) objetivação como alienação ou estranhamento; c) ação inversa do objeto sobre o sujeito que se traduz no empobrecimento, submissão ou “despossessão” desse. Esse terceiro elemento do processo – tão característico da relação feuerbachiana – não o encontramos em Hegel.

Dando continuidade à sua explanação sobre a alienação, Vázquez também elabora um esquema visando a apresentar as convergências e as divergências desta categoria em Marx e Feuerbach. No quadro a seguir, o referido autor baseia-se, para a realização desta tarefa, nas obras *A essência do cristianismo* e *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*:

Quadro 1 – Convergências e divergências do conceito de alienação em Feuerbach e em Marx

	FEUERBACH	MARX
Sujeito que se aliena	O homem em geral	O trabalhador
Caráter de sua atividade	Teórico	Prático
Produto desta atividade	Um objeto ideal: Deus	Um objeto real: o produto do Trabalho
Esfera da alienação	A consciência humana	O trabalho humano
Conteúdo da alienação	Desumanização do homem	Desumanização do trabalhador
Ação inversa do objeto sobre o sujeito	Deus domina o homem	O produto do trabalho se volta contra o seu produtor
O que se aliena e desaliena	Essência humana	Essência humana

Fonte: VÁZQUEZ, 2011, p. 420.

O esquema proposto por Vázquez é esclarecedor. Nele, é possível notar em quais aspectos dialoga a concepção de alienação em Marx com o referencial feuerbachiano. Ao considerar o presente quadro, acredita-se que o fato de Marx

concentrar sua análise sobre o processo alienação que decorre do trabalho humano é seu significativo avanço em relação a esta categoria quando proposta por Feuerbach.

Nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, obra que subsidia a elaboração do quadro anterior por Vázquez (2011), a análise da alienação já se encaminha, por parte de Marx, para o cerne do trabalho humano. Entretanto, antes de 1845, Barros (2011, p. 229) assevera que esta categoria na teoria marxiana era vista em suas distintas manifestações<sup>4</sup>. O que impulsiona esse direcionamento mais específico em relação ao trabalho humano, na opinião de Barros (2011), é o contato de Marx com Engels no final de 1844<sup>5</sup>.

Após focar as suas reflexões sobre a alienação produzida no trabalho humano, Marx não abandona a análise das demais formas em que se manifesta a mesma. O que há, de fato, é a compreensão, por parte de Marx, de “que a alienação produzida no mundo do trabalho era o ventre materno de todas as alienações – a raiz do ‘estranhamento’ que lançava no sofrimento e na inconsciência o homem comum do mundo moderno” (BARROS, 2011, p. 229)<sup>6</sup>. Com o avanço, cada vez mais profundo,

---

<sup>4</sup> Consoante o estudo de Barros (2011, p. 237), as *Formas de alienação discutidas pelo “primeiro” Marx* eram: Alienação religiosa do homem, Alienação do homem em relação à natureza, Alienação em relação à sua qualidade humana, Alienação do homem em relação aos outros homens, Alienação da atividade produtora, Alienação do homem em relação a suas criações, Reificação do trabalhador e Alienação política do homem.

<sup>5</sup> Segundo Barros (2011, p. 229): “É a partir do final de 1844 que veremos Marx deixar seu ‘acorde teórico’ se interpenetrar pelas ressonâncias de Engels, uma vez que em agosto daquele ano se dá o encontro que termina por selar a amizade e a cooperação futura entre os dois fundadores do materialismo histórico. O que vemos então é um verdadeiro ponto de inflexão na harmonia teórica de Marx. O viés econômico-social de Engels e seu interesse e experiência em relação à situação dos trabalhadores de fábrica teriam forte efeito catalisador para as ideias de Marx. Não que Marx não tivesse até então interesses pela economia, e os *Manuscritos econômico-filosóficos* (1844) – com sua tábua de matérias voltada em boa parte para aspectos econômicos – atestam precisamente este duplo interesse pela filosofia e pela economia. Mas, com Engels, Marx aproxima-se de uma nova vivência, relacionada com o mundo do trabalho industrial na sua verdadeira concretude, e com esta vivência transmitida por Engels ele se identificará. Isto repercutirá diretamente em sua obra. A influência de Engels será um divisor de águas na produção intelectual de Marx”. Para Barros (2011, p. 229), depois da segunda vez que Marx se encontra com Engels, em agosto de 1844, inicia-se uma nova fase “do pensamento marxiano”. Contudo, acredita-se ser pertinente fazer uma ressalva, a partir desse posicionamento de Barros (2011): mesmo emergindo um outro momento da obra de Marx, ele é uma continuidade, talvez mais amadurecido (o que é justificadamente plausível na caminhada teórica de qualquer filósofo), sobre temáticas que, mais tarde, estarão presentes na sua ampla discussão sobre o capital.

<sup>6</sup> Sobre a discussão em torno da alienação no mundo do trabalho, Barros (2011, p. 239) argumenta: “Podemos perceber, com base em uma análise mais sistemática da obra de Marx, que o tema da alienação realmente não desaparece do seu horizonte de análises: apenas se desloca para uma posição mais lateral e menos visível no palco teórico da análise marxiana. De fato, o ‘fetichismo da mercadoria’ – um aspecto da sociedade capitalista examinado por Marx na quarta seção do primeiro capítulo de *O capital* – pode ser perfeitamente entendido como um dos muitos casos particulares da alienação”. E, em um momento seguinte, assegura que: “O tema da alienação não desaparece, mas tende a se concentrar na alienação produzida no regime de trabalho sob o sistema capitalista e na alienação que, na sociedade industrial e na

dos estudos sobre o modelo social capitalista, a obra marxiana se reveste de um caráter revolucionário. Assim, se a alienação germinada pelo modo de produção capitalista desumaniza, fragmenta, desnaturaliza e faz o trabalhador perder a sua consciência, é a partir desse lócus que deve ser constituído o movimento contrário em busca da conquista do homem em sua totalidade.

É interessante destacar, em relação ao caminho percorrido por essa categoria no desenvolvimento da teoria marxiana que, em conformidade com o exame de Vázquez (2011), se a alienação nos *Manuscritos econômico-filosóficos* emergia da relação sujeito (o trabalhador) e objeto (o produto desse trabalho), a qual tinha como resultado um produto estranho a quem o produzia, negando a essência humana, na *Ideologia alemã*:

A alienação [...] conserva o significado de relação peculiar sujeito-objeto na qual o produto aparece como alheio – ainda que já não se fale de alheio a sua essência humana –, mas, sobretudo, como subtraído a seu controle. Não se trata apenas de uma atividade subjetiva, mas de um fato objetivo: o sujeito não pode controlar o objeto (VÁZQUEZ, 2011, p. 425).

Assim, acredita-se, a partir das reflexões de Vázquez (2011), que há um deslocamento progressivo (aqui entendido como algo benéfico) da categoria alienação apresentada nos *Manuscritos econômicos filosóficos* para aquela exposta na *Ideologia alemã*. O que deve ser observado nesse movimento reflexivo de uma obra para a outra é que, conforme Vázquez, a concepção de “alienação deixa de desempenhar o papel principal que tinha nos *Manuscritos*; já que não é o fundamento de tudo, mas, sim, um fenômeno social concreto condicionado e fundamentado, por sua vez, por outro fenômeno histórico e social mais radical: a divisão do trabalho” (VÁZQUEZ, 2011, p. 426).

Avançando seriamente em suas reflexões, Marx apresenta, em *O Capital*, a alienação em uma maior profundidade, já que compreende esse processo de estranhamento como produzido na relação social de produção capitalista. As palavras de

---

sociedade de consumo, transforma pessoas e relações interpessoais em ‘coisas’ e em ‘relações entre coisas’. Em meio à diversidade de temáticas pertinentes ao mundo capitalista, que tomou por tarefa esclarecer, eventualmente retornam os antigos interesses pela alienação, particularmente o ‘fetiche da mercadoria’ – a tendência do homem moderno a enxergar tudo como mercadoria da qual se apropriar ou que se pode comprar, inclusive o sentimento das pessoas – e a ‘reificação’ (coisificação) do próprio trabalhador” (BARROS, 2011, p. 241).

Vázquez (2011, p. 433-434), a seguir, sintetizam o desdobramento dessa categoria, no pensamento marxiano, dos *Manuscritos econômico-filosóficos* até *O Capital*:

Tanto em uma como em outra concepção da alienação temos uma contradição: a) entre o trabalho e a essência humana (*Manuscritos de 1844*) e b) entre uma relação social e a forma de manifestar-se (*O capital*). Em ambas os homens (o trabalhador individual, ou suas relações sociais) permanecem separados dos produtos em que se objetivam, e esses se tornam autônomos, escapam ao controle humano (do trabalhador, ou da sociedade) e se apresentam com um poder próprio. Em ambos os casos, encontramos-nos diante da estrutura fundamental da alienação: contradição entre os homens e uma realidade sua que se opõe a eles como uma realidade exterior, estranha. Marx não abandona, portanto, o conceito de alienação ao passar do conceito de trabalho alienado ao de fetichismo econômico. Este último nada mais é do que a forma concreta que se apresenta a alienação nas condições da produção mercantil em uma sociedade capitalista desenvolvida. O conceito polivalente que encontramos nos *Manuscritos*, e que era tributário ainda de uma concepção um tanto quanto especulativa da essência humana, se converte em um conceito que explica o modo em que se apresentam as relações sociais de produção em uma estrutura socioeconômica determinada. Integrado na análise da produção capitalista e das relações sociais que os homens contraem nelas, o fetichismo expressa tanto a codificação dessas relações como o caráter fantasmagórico dos objetos nos quais esse processo ganha corpo. Desse modo, produtos sociais – do trabalho humano – aparecem funcionando como fetiches.

Partindo dessa relevante elucidação de Vázquez, é possível concluir que Marx faz um deslocamento analítico-progressivo no que tange à alienação. Este movimento não ocorreria se, antes de chegar à alienação das relações humanas provenientes do modelo social capitalista, ele deixasse de refletir sobre o trabalho alienado. É isso que deixa evidente os estudos de Vázquez (2011). Depois da apreciação desses argumentos em torno da referida questão, caberia um questionamento: *Se a alienação deixou desempenhar um papel principal na teoria de Marx, o que justificaria a sua presença na constituição de uma discussão sobre transformação social radical na teoria desse filósofo?* Acredita-se, pois, que a resposta para essa pergunta seja um tanto quanto evidente: se consideramos que o modelo social capitalista é pautado pela exploração de uma classe pela outra e, por sua vez, as relações sociais e produtivas são coisificadas e resultam em objetos estranhos a quem os produz, essa realidade concreta, que é alienante, necessita ser compreendida e transformada. Assim, para que a emancipação

humana se torne real e concreta, é preciso que a alienação, potencializada pelo modelo de produção capitalista e presente em diferentes contextos, seja superada.

## **Do uso das tecnologias como instrumentalização alienada**

Do conceito de alienação proposto por Marx, os aspectos que mais interessam a este estudo são a alienação política e a alienação às criações humanas pelo próprio homem. Uma vez que a relação atual da educação com a ciência e a tecnologia tem sido pautada pela imediatidade com que o sujeito concebe e reproduz o que recebe, sem o crivo da reflexão, que se reverte num cotidiano de universo tão limitado que torna menos propícia a dimensão utópica em contraposição às condições sociais de exploração a que está submetido (FABIANO, 2001). O que alega o autor se corrobora pelo confronto entre os discretos avanços na área da educação, em se tratando aqui das questões paradigmáticas, e o arrebatador desenvolvimento e acesso às tecnologias.

Marilena Chauí (2014) lembra que existem três modos mais visíveis de instrumentalização<sup>7</sup> da cultura: uma delas é movida pela educação, que age na reprodução de classes e sistemas ideológicos e no adestramento de mão de obra; a outra é aquela por meio da qual a cultura é convertida em valor “em si e por si, numa reificação que esgota a produção cultural na imagem do prestígio de quem a faz e de

---

<sup>7</sup> O conceito de instrumentalização ora adotado consiste naquele que foi proposto por Adorno e Horkheimer em *Dialética do Esclarecimento*, obra que bem caracteriza um tempo de reflexão dos autores focado para uma ponderação mais densa acerca da sociedade quando outras propostas conceituais já não mais explicavam o paradoxo de uma *civilização* bárbara. Na obra *Dialética do Esclarecimento* (1985), Adorno e Horkheimer procuraram cunhar a *Aufklärung* como um “desencantamento do mundo”. Entretanto, diferentemente da teoria weberiana, que possuía uma vereda progressista do pensamento histórico, seu sentido era como processo pelo qual os homens se libertam das potências místicas da natureza. Para os autores esse movimento era adverso ao progresso, e a *Aufklärung* permanecia imersa no mito a cada passo que dava adiante. Ou melhor, por muito tentar negar uma espécie de mito, acabou por deixar-se cair em outro e o que ocorreu foi que as aporias surgiram quando as elucidações a respeito da própria natureza da *razão*, ainda que negassem os mitos, regressaram a alguma elucidação de caráter universal especulativo que tenderam a atrelar o sujeito ao coletivo. Os autores aproximaram-se no início da década de 40, do Século XX, e reformularam a Teoria Crítica. A partir de então, é defendido mais veementemente que a própria *razão* imperante na história da civilização, a *razão instrumento* de autoconservação, passa a ser responsabilizada em primeira instância pela reificação que ameaçava aquele contexto. Eles não abandonam a ideia kantiana de que a sociedade somente poderia ser verdadeiramente livre por meio do pensamento esclarecedor. Entretanto, são categóricos ao afirmar que o próprio conceito de *Esclarecimento* contém o germe para a regressão generalizada. A ameaça maior reside no fato de esse *Esclarecimento* não abrigar dentro de si a reflexão de um elemento regressivo e, de forma cegamente pragmatizado perde seu caráter superador e, assim também perde qualquer relação sua com a verdade. Considerando o contexto do Holocausto, os autores denunciam a disposição enigmática de uma sociedade *educada* tecnologicamente que foi capaz de deixar dominar-se pelo fascínio de um absolutismo qualquer.

quem a consome; e aquela conseguida por meio da indústria cultural, que [...] conserva a mistificação da cultura como valor em si” (CHAUI, 2014, p. 72-73).

É bem verdade que cada vez mais a educação estará indissociável das tecnologias. Por isso, ao falar da formação de professores nessa nova era é relevante lembrar que as “TICs exigem transformações não apenas nas teorias educacionais, mas na própria ação educativa e na forma como a escola e toda sociedade percebem sua função na atualidade” (KENSKI, 2012, p.101). Ação educativa essa que não é espontânea, voluntária ou apolítica.

Entretanto, é necessário ponderar que diversos *softwares* desenvolvidos atualmente para diferentes níveis da educação básica – para a alfabetização, por exemplo – valem-se de uma superfície cheia de sons, cores e animações, mas que em muito pouco ou quase nada incentivam a criatividade e a participação da criança nos aspectos cognitivos de internalização de uma gramática ou construção e compreensão da lógica que rege a aquisição da linguagem. O mesmo acontece em níveis mais avançados, em que a tecnologia é utilizada como nova roupagem para velhas concepções de educação, servindo como material de apoio que muito pouco ou quase nada se diferencia do tradicional uso dos livros didáticos. Isto é, sob o rótulo de *escola inovadora*, ainda reside uma concepção retrógrada e conservadora de educação a partir de uma *pseudointeração*, em que a maioria pouco faz para propiciar ao aluno que seja sujeito da atividade de compreensão, leitura, imaginação e aprendizagem de um modo geral. O que reforça a condição de alienação e de não compreensão da atividade humana cultural da sociedade e impede cada vez mais que a educação seja o espaço privilegiado na criação de autores e críticos da sua cultura.

Desse modo, a interatividade das tecnologias precisam ser tratadas em seu mais radical potencial, de (*inter*)ação, de ação entre os indivíduos que delas têm feito uso. Da mesma forma que as relações de produção não são pura e simplesmente um ser, as relações de comunicação também não possuem um fim em si mesmas, como onipotentes. Enquanto as TICs não forem compreendidas como algo feito por pessoas, isto é, revogável (ADORNO, 1995), elas seguirão trabalhando a serviço do capital, a partir da socialização alienada daquilo que já foi dito, produzido, publicado.

Assim, a técnica deixará de ser o disfarce de uma concepção de educação que ainda não se importa com a atividade política e social do homem. Para tanto, “trata-se

de encarar a formação que alia as possibilidades multifacetadas das tecnologias com as exigências de uma pedagogia centrada em uma atividade exploratória, na interação, na investigação e na realização de projetos” (KENSKI, 2012, p.73).

## Considerações finais

Parafraseando Santos (2002), é necessário pensar as alternativas teóricas e analíticas que vêm sendo propostas para o paradigma societal dominante em conjunto com o uso das novas tecnologias. De modo que esse seja um empreendimento que vise a desnaturalizar e desnormalizar as formas de conhecimento, comunicação e poder que a modernidade ocidental converteu em um cânone quase que inquestionável. Desnaturalizar o uso das tecnologias e cotejá-las a conceitos filosóficos balizadores da compreensão das relações humanas significa valer-se dos espaços já abertos para novas e velhas “lutas de resistência às diferentes faces da opressão caucionadas pelo paradigma dominante” (SANTOS, 2002, p. 43). Isso pressupõe a reinvenção das relações sociais, que estão sendo constituídas a partir do uso das TICs e que ainda ignoram as “escavações nas tradições marginalizadas ou suprimidas pela modernidade ocidental” (SANTOS, 2002, p. 43).

O uso das tecnologias preocupado em contrapor a alienação humana da sociedade precisa visar à contribuição para uma formação de uma filosofia pública democrática, que não faça do outro instrumento e sim extensão do eu. É necessário que a concepção de diferença, tão disputada e requerida no contexto educacional, seja efetivamente objetivo compartilhado, para que não somente a comunicação entre as pessoas reste estendida, como também a qualidade nessa possível vida pública dos homens. Pensar nisso em confronto com o uso das tecnologias implica não apenas um reconhecimento de suas configurações como instrumento, artefato ou recurso metodológico, mas recolocar em pauta aquilo que nos torna homens, cidadãos, sujeitos políticos: a possibilidade do diálogo em uma sociedade democrática radical.

## Referências

ADORNO, Theodor W. **Palavras e sinais: modelos críticos 2**. Trad. Maria Helena Ruschel. Petrópolis: Vozes, 1995.

ADORNO, Theodor W.& HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

BARROS, José D'Assunção. O conceito de alienação no jovem Marx. **Tempo social, revista de sociologia da USP**, v.23, n.1, p.223-245, jun. 2011.

CHAUÍ, Marilena. **A ideologia da competência**. Organizador: André Rocha. Vol. 3. Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

FABIANO, Luiz Hermenegildo. Bufonices culturais e degradação da ética: Adorno na contramão da alegria. In: OLIVEIRA, Newton Ramos de; ZUIN, Antônio Álvaro Soares; PUCCI, Bruno (Orgs.). **Teoria crítica, estética e educação**. Campinas/SP: Editora UNIMEP, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

KENSKI, Vani. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. 8. ed. Campinas/São Paulo: Papirus, 2012.

MARX, Karl. Contribuição à crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução. In: MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Trad. Alex Marins. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006. p.45-59.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. 2. ed. Trad. Maria Encarnación Moya. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – Clacso; São Paulo: Expressão Popular, 2011. 448p.